

A ferro e fogo: elementos fundamentais do gênero romance na forma e no conteúdo

*Ivânia Campigotto Aquino**

Resumo

Este artigo aborda questões relativas ao gênero textual romance. Consiste num estudo da origem e dos elementos estruturais do mesmo e da sua importação para o Brasil e o Rio Grande do Sul, destacando a principal característica que se observa na história desse gênero na literatura gaúcha: a aproximação com imagens do passado. Como base de verificação dessa característica, selecionou-se o romance *A ferro e fogo*, de Josué Guimarães, o qual é analisado levando-se em consideração a forma, a temática e o seu pertencimento ao subgênero romance histórico. Ao se examinar a estruturação do discurso, observou-se que a história narrada se articula em torno de dois eixos nucleares: a família e o trabalho. Dentre as questões que surgem nesta análise destaca-se o encontro do épico e do dramático como ponto central na construção narrativa. Nessa construção, estabelecendo-se uma proximidade da literatura com a história, o processo inicial de colonização do estado com

o imigrante alemão – tema da obra – eleva-se à dimensão de uma saga.

Palavras-chave: Gênero textual. Romance. Estrutura narrativa. Colonização. Etnia alemã.

O gênero romance: da origem à importação para o Rio Grande do Sul

Lukács focaliza a estrutura e as questões histórico-filosóficas do romance para contextualizar a história desse gênero textual. Por sua orientação teórico-metodológica, encontra os elementos originários na Grécia antiga, onde se produziam obras poéticas cuja natureza era a de ser uma leitura totalizante da realidade, num universo que se caracterizava pela imanência da totalidade, dada pela

* Doutor em Letras pela UFRGS. Docente do curso de Letras da Universidade de Passo Fundo.

Data de submissão: dez. 2010. Data de aceite: dez. 2010

afinidade do homem com o mundo. O romance como gênero literário já não encontra esse mesmo universo estruturante. Embora tanto epopeia quanto romance sejam “as duas objetivações da literatura épica” (LUKÁCS, 1962, p. 61), o romance é “a epopéia de um tempo em que a totalidade extensiva da vida não é já dada de maneira imediata” (p. 61).

Assim, vem, pois, a se estabelecer como veículo de uma totalidade criada, expressando o embate entre o homem e o mundo, bem como entre indivíduo e sociedade e entre ser e existir. À estrutura desse mundo que se conflita com o homem e a ele e se faz o principal desafio existencial, liga-se a complexidade, uma vez que essa estrutura é heterogênea e incoerente. A criação romanesca, portanto, formaliza-se dessa complexidade, resultante da força primeira que motiva o gênero: a relação entre indivíduo e sociedade. Assim, de forma crítica, o romance traz em sua fatura a experiência do homem na sua busca por sentido.

O gênero literário romance é bem recente, se pensarmos que se faz literatura desde Homero e de Safo. Contudo, foi somente no final do século XVIII que o termo se consagrou, segundo Ian Watt (1990). Desde que surgiu, afirma o autor, trouxe como característica essencial, o realismo, que se revela na maneira como o romance representa determinada experiência humana, não no tipo de experiência representada.

Watt (1990) problematiza as razões da ascensão do gênero no século XVIII, quando, visivelmente, passou a ser um

dos mais populares. Ele atribui à burguesia e, sobretudo, ao público leitor feminino o mérito de terem concedido um importante espaço ao romance no mercado daquela época. Do seu ponto de vista, portanto, o crescimento desse gênero justifica-se por razões sociais, ligadas ao surgimento de novas classes médias urbanas.

Amplamente, no gênero romance está implícita a premissa de que

constitui um relato completo e autêntico da experiência humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da história como a individualidade dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações – detalhes que são apresentados através de um emprego da linguagem muito mais referencial do que é comum em outras formas literárias (WATT, 1990, p. 31).

Dessa forma, pratica-se o realismo formal, “o mínimo denominador comum do gênero romance como um todo” (WATT, 1990, p. 33).

Assim caracterizado, o romance foi importado para o Brasil, importação que se deu como uma forma de conhecimento, ou seja, desempenhou o papel importantíssimo de ir apresentando o país aos habitantes. Esse começo do romance coincidiu com o começo da história do Brasil como nação autônoma. Assim, depois da independência, sob o domínio da expressão romântica, os escritores empenharam-se em criar a nação por meio da abstração, da simbolização, processo no qual a imagem do índio e da natureza era a força maior. Em conjunto, eles colocaram em cena questões

históricas, vivificando épocas e sujeitos da formação nacional.

Com esses primeiros romancistas, atentos ao momento de formação que o Brasil estava vivendo, surgiu a produção de um tipo de romance que ainda hoje permanece como um dos mais praticados, o romance histórico, como relata Regina Zilbermam:

O romance histórico constitui provavelmente o projeto mais antigo e contínuo da ficção brasileira. Os românticos adotaram-no porque correspondia a um gênero de vanguarda na primeira metade do século XIX, criação exclusiva do período, que cabia transplantar para o Brasil, pois o país em formação, logo após se separar de Portugal, precisava de narradores de seu passado. Tanto melhor que fossem romancistas, que poderiam recorrer à imaginação para conferir heroicidade aos episódios da conquista do território, nem sempre conhecidos, nem sempre dignos de tratamento épico (2000, p. 33).

Entenderam os introdutores do gênero no Brasil que o romance histórico era a forma pela qual melhor poderiam “fazer acontecer” o projeto nacionalista da nação que se formava, em que estavam empenhados. Foi, portanto, um recurso que encontraram para fortalecer o sentimento nacional e construir a identidade entre os brasileiros.

Entretanto, a referência à forma de fazer o romance vinha da Europa. Antes de aqui se começar, já se conhecia o gênero pela leitura de obras vindas de lá. Por isso, quem leu romances no Brasil – e quem depois escreveu, na época do romantismo principalmente – leu escritores e obras europeus. Eram esses os grandes modelos e que traziam o molde

geral de como fazer, como explica Roberto Schwarz (2000). Assim, escrevendo romances, os intelectuais dotavam o recém-independente país de mais uma expressão importante do espírito moderno, como registra Antonio Candido na *Formação da literatura brasileira*, de 1959.

Machado de Assis escrevia romances na segunda metade do século XIX e início do século XX e, ao mesmo tempo, refletia sobre o gênero fazendo considerações acerca da valorização do gênero no Brasil e da sua caracterização, focado na recente experiência dos escritores nacionais na época. No ensaio “Instinto de nacionalidade”, do volume III de *Obra completa* (1992), afirma que o romance se constituía na forma mais apreciada então no país e descreve como o gênero se apresentava no contexto cultural brasileiro:

Aqui o romance, como tive ocasião de dizer, busca sempre a cor local. A substância, não menos que os acessórios, reproduzem geralmente a vida brasileira em seus diferentes aspectos e situações. Naturalmente os costumes do interior são os que conservam melhor a tradição nacional; os da capital do país, e em parte, os de algumas cidades, muito mais chegados à influência européia, trazem já uma feição mista e ademanos diferentes. Por outro lado, penetrando no tempo colonial, vamos achar uma sociedade diferente, e dos livros em que ela é tratada, alguns há de mérito real (ASSIS, 1992, p. 804-805).

No desenvolvimento do processo, foi necessário encontrar o jeito brasileiro do romance, pois o molde europeu, se aplicado à matéria local, produzia desajuste,

contra-senso (SCHWARZ, 2000). Assim, seria Machado que encontraria a forma adequada para representar o que era brasileiro: “Caberia ao escritor, em busca de sintonia, reiterar esse deslocamento em nível formal, sem o que não fica em dia com a complexidade objetiva de sua matéria – por próximo que esteja da lição dos mestres. Esta será a façanha de Machado de Assis” (1992, p. 36). Efetivamente, com Machado de Assis o Brasil tem um novo romance, portador de uma nova estrutura, na qual a parte narrativa diminui e cede espaço à reflexão. Além disso, não bastasse o bom uso da língua portuguesa, encontramos o aproveitamento da realidade brasileira nas suas obras.

No Rio Grande do Sul, o gênero romance seria bem prestigiado, iniciando com a obra *A divina pastora*, de Caldre e Fião, em 1847. Uma das marcas do romance rio-grandense foi produzir o que alguns chamam de “regionalismo”, ou seja, narrar histórias condicionadas ao meio social, evidenciando o que é experiência própria da região – a relação do homem com a terra, o trabalho que realiza, a tradição que o forma, a cultura que ele produz.

Assim compreendido, o regionalismo ainda persiste. Considerando a temática da obra selecionada para este estudo, constato que está havendo um regionalismo étnico no estado por meio da literatura. No contexto sul-rio-grandense, as diferenças locais e regionais não sucumbiram; são, antes, matérias vivas para a produção do gênero romance.

A arte do gênero em *A ferro e fogo*

A literatura nacional é marcada por romances que reproduzem imagens históricas brasileiras em seus diferentes aspectos e situações. No caso específico do Rio Grande do Sul, a relação com a história apresenta-se como um projeto contínuo da ficção, resultando em importantes produções que relatam a formação do estado. No centro da produção literária gaúcha que assim se caracteriza estão os romances sobre imigração e colonização. Muitos deles são verdadeiras peças historiográficas a conferir heroicidade aos episódios da conquista e ocupação do território. Isso se observa em *A ferro e fogo*: tempo de solidão e *A ferro e fogo*: tempo de guerra, de Josué Guimarães, que trata da imigração alemã.

É um romance amplamente reconhecido pela crítica como a obra que constrói uma verdadeira saga dos alemães pioneiros do processo de colonização das terras rio-grandenses. Nessa visão, está incluído na relação dos grandes romances que narram a formação de um povo, de uma nação, de um estado.

A ferro e fogo, em seus dois volumes, surge, na leitura de obras referentes à formação do Rio Grande do Sul que resultou do processo de colonização por estrangeiros, como um verdadeiro veículo exclusivo de elementos sobre o tema. Na história imaginada por Josué Guimarães há uma ampla to-

talidade, uma completude no que se refere à representação da chegada e fixação dos sujeitos históricos imigrantes. Há um tempo histórico longo através do qual as personagens constroem suas vidas, que é de 1824 até o início do movimento dos *Mucker*.

Os acontecimentos narrados ocorrem no tempo histórico em que ainda não se sabia, definitivamente, a quem pertenciam as terras que hoje se encontram limitadas no mapa político do Rio Grande do Sul: ao governo brasileiro, com seu recém-declarado imperador do Brasil, dom Pedro I, ou aos governantes da Banda Oriental, que apoiavam os assíduos pisoteadores, os castelhanos, que por elas lutavam com determinação? Lembremos que as tensões nas fronteiras do Rio Grande do Sul com seus países vizinhos foram intensas até quase metade do século XIX. Os castelhanos queriam a terra para si, porém depois do Tratado de Madri (1750) era de direito do Brasil. Historicamente, as terras do atual Rio Grande do Sul aparecem como palco de disputas por mais de trezentos anos: por um tempo, espanhóis, que vieram para a América em 1494, e portugueses, que se fizeram donos do Brasil a partir de 1500, discutiram e negociaram divisões e posses da parte fronteira do que veio a ser território brasileiro até 1801, quando estava em andamento a Guerra das Laranjas, finalizada pelo Tratado de Badajoz. Foi por esse que se cumpriu o que se delineara no Tratado de Madrid, ficando, documentalmente, certas as terras de Portugal por aqui.

“Certas” em parte, no caso a região dos Sete Povos das Missões, pois as fronteiras como hoje as temos seriam definidas somente mais tarde, em 1828, no final da Guerra Cisplatina (1825-1828), quando foi assinado o Tratado do Rio de Janeiro, que criou a República Oriental do Uruguai, espaço que estava sob o domínio do Brasil. Nesse contexto de disputas, castelhanos moradores da bacia do Prata insistiam na tomada das terras, contra o que os brasileiros da região resistiam, ancorados, quando se davam grandes conflitos, pelo governo central.

Nesse tempo, instalavam-se em colônias do estado sujeitos históricos que vieram de um mundo distante, onde os limites territoriais definiam os reinos a que pertenciam, os germânicos. Esses reinos tinham governo próprio, mas formavam, ao mesmo tempo, um conjunto unitário quanto à língua, à religião, ao trabalho e à cultura. Lá conviviam com a miséria instalada na sociedade germânica, que, ao construir o progresso, não conseguia incluir no processo de crescimento toda a população. Especialmente por essa razão, os governos impeliram parte da população a se fixar em outros locais do mundo para buscar sobreviver e fazer capital. Esse era o mundo das regiões europeias, chamadas de principados e estados, que viriam a ser a Alemanha unificada em 1871. Por aqui era o extremo sul do Brasil, ainda província de São Pedro, pertencente, legalmente, ao Brasil, mas, de fato, com

suas fronteiras ainda indefinidas. Esses são os imigrantes que protagonizam as ações em *A ferro e fogo*.

Para o mundo que passa a ser construído por alemães nessa região do Brasil ainda em conflito por causa das fronteiras e com vasta terra desocupada, em virtude da falta de colonização, é que Josué Guimarães se volta, construindo no universo textual uma história de coragem, de luta sem trégua, de dor, sofrimento, progresso, guerras, em meio a estranhos lugares e gentes. Dali surge uma longa história sobre a formação do Rio Grande do Sul com a participação do colono alemão, o qual empreendeu uma luta a ferro e fogo, vivendo em tempos de solidão e de guerra.

O romance, para retratar tudo isso, singulariza o imigrante pela etnia a que pertence. Nesse sentido, constrói as personagens como sujeitos que partem de uma terra com problemas de exclusão, por causa das poucas condições de sobrevivência da população, com o sonho de fazer outra vida num mundo novo, trazendo os seus maiores bens por companhia: a identidade étnico-social, a família, o conceito de trabalho, a religião e a língua. Assim, o estado do Rio Grande do Sul forma-se a partir das diferenças e do embate das diferenças. E as diferenças consideradas no enredo são as que se formaram no contato entre os alemães e as populações nativas. Josué não julga a preservação da língua, da idiossincrasia e das manifestações culturais identitárias das colônias alemãs. Ele

se propõe a construir um olhar, narrar e descrever, num misto de ficção e história, recriando o passado de um ponto de vista próprio, aproximando-se, assim, do que Paz teoriza:

O romancista nem demonstra nem conta: recria um mundo. Embora o seu ofício seja o de relatar um acontecimento – e neste sentido parece-se com o historiador – não lhe interessa contar o que se passou, mas reviver um instante ou uma série de instantes, recriar um mundo. Por isso recorre aos poderes rítmicos da linguagem e às virtudes transmutadoras da imagem (1976, p. 69).

Josué Guimarães, por meio do gênero romance, atribui sentido ao período da colonização alemã no Rio Grande do Sul, dando forma a uma epopeia, abrangendo um tempo que vai do início do processo, 1824, até 1870 – o primeiro volume narra o acontecido entre 1824 e 1835 e o segundo, entre 1835 e 1870.

Lucia Helena afirma que *A ferro e fogo* reúne o épico ao dramático na constituição de seu discurso: o épico é “o caráter guerreiro da formação a ferro e fogo na exigência de um heroísmo quase estóico na construção das personagens centrais” e o dramático é “um certo tônus de vida, paixão e morte dos sonhos de Daniel Abrahão e de *Frau* Catarina, além de um embate constante entre o *éthos* e o *daimon* no percurso dessas personagens cheias de *hybris*” (1997, p. 45). Dessa união vem a força do sentido que emerge do romance e se imprime na visão histórica dos acontecimentos.

O primeiro volume vem a ser o primeiro romance escrito por Josué Gui-

marães, que já era conhecido de muitos leitores por seus trabalhos jornalísticos e por seus contos. Atento à própria marca histórica do gênero em âmbito nacional e local, de relacionar literatura com história, ele buscou na memória da formação do Rio Grande do Sul o tema para iniciarse como romancista, dada a riqueza que percebia no passado, como ele mesmo disse em depoimento registrado no livro *Josué Guimarães: escrever é um ato de amor* (2006, p. 16-17):

Se examinarmos a história do Rio Grande, vamos notar que é uma história de riqueza excepcional para qualquer criação literária. É uma história que atrai qualquer romancista. História de grandes amores, de grandes lutas, de grandes violências. História de uma gente que teve por missão marcar fronteiras. Isto é muito importante para a criação de um espírito nacional, brasileiro, de uma interpretação histórica, sociológica. Vivemos anos aqui, lutando para saber onde era a fronteira do Brasil – em Santa Catarina, depois o Rio da Prata. Com a Cisplatina começamos a definir essas fronteiras. E tudo isso com grandes histórias. Se bem que a “história”, ela é, no fundo, bastante artificial. Por trás da história, nas entrelinhas da história, podemos encontrar outras coisas muito mais interessantes, muito mais vivas, em que os combates não foram tão “combates”. Há muitos “heroísmos” por aí, motivados por interesses pessoais de riqueza, de domínio.

Imbuído dessa visão crítica da história – sem deixar de ser também uma visão de encantamento –, ele se desafia a dialogar com o passado por meio das narrativas históricas, criando sobre essa base a narrativa literária da memória da colonização. Uma narrativa assim possibilita pensar que o passado não é

definitivo, mas, sim, sujeito a novas versões. A esse respeito, afirma Hutcheon (1991, p. 147) que “reescrever ou representar o passado na ficção e na história é – em ambos os casos – impedi-lo de ser conclusivo e teleológico”. Essa escrita/reescrita que encontramos no romance é a representação artística de uma sociedade. Assim, temos ficcionalizada a saga da imigração alemã segundo um olhar atravessado por informações históricas acumuladas ao longo do tempo. Partindo da oficialidade do passado que se efetivou pelos sinais (documentos) que o acontecimento deixou, do que resultou uma narrativa avalizada, que retém o que aconteceu, Josué, pelo ato da narração, fez com que o episódio histórico da colonização alemã fosse submetido a um sistema de experiência que o desprende da realidade.

A história contada, pelos recursos utilizados – busca de fontes históricas, inclusão de sujeitos históricos com seus nomes e ocupações reais, citação e descrição de espaços existentes, narração das guerras verdadeiras das quais os imigrantes participaram, tudo incluso na livre imaginação do escritor, sempre autorizado pela arte literária a inventar conforme a sua visão dos fatos –, fornece-nos uma dimensão da verdade, porque transporta interpretações do real. E por essa dimensão nos vem uma visão ampla, abrangente, telúrica da realidade do Rio Grande do Sul num determinado período do século XIX, aquela realidade na qual os alemães foram inseridos e

por eles foi marcada. Nesse sentido, além do que é próprio do processo de colonização, desde a fixação na colônia, a distribuição das terras e a formação das picadas, a demora do governo imperial para cumprir com as promessas feitas aos imigrantes, como também o não cumprimento de muitas dessas promessas feitas quando ofertada nova terra na América, há a representação da participação dos germânicos nos eventos históricos brasileiros acontecidos no período que a narrativa abrange: a Guerra Cisplatina, a Revolução Farroupilha e a Guerra do Paraguai.

Não só as guerras são mencionadas, mas também fatos brasileiros importantes que se tornaram assunto na comunidade germânica, preocupando os estrangeiros que recém haviam se fixado no país, ou, simplesmente, causando-lhes curiosidade e apreensão sobre as consequências que poderiam atingi-los. São exemplos disso a morte da imperatriz dona Leopoldina, a abdicação de dom Pedro I, a formação da regência provisória que governou o país logo depois da abdicação, a proclamação da maioria de dom Pedro II. Acima de tudo, entretanto, *A ferro é fogo* é uma obra estética, quer dizer, não historiográfica, e das referenciais na história do gênero romance sul-rio-grandense. Estruturalmente, apresenta marcantes e bem construídas personagens, das quais são expressão maior Catarina, Daniel Abrahão e Gründling; desenha um espaço que interage com essas em

sua amplitude, isolamento e escassez de recursos materiais; um tempo passado, distanciado do presente do escritor, numa evolução cronológica que se data pela inserção das personagens em importantes imagens da história do Brasil, como a Revolução Farroupilha, a Guerra Cisplatina e a Guerra do Paraguai; um narrador que se dispõe a universalizar o olhar e os sentimentos dos estranhos na terra, os imigrantes. Tudo isso se encontra num enredo bem tecido, sempre protegendo, envolvendo e elevando a ação realista das personagens imigrantes alemãs.

E nessa estrutura, quantas cenas deixam em nudez total a própria condição humana, atraindo-nos com força máxima para o íntimo das personagens, sendo esta, ao nosso ver, uma das riquezas maiores da obra. Como não sentir com Catarina e com Gründling o que sentiriam, cada um sem saber as reais razões do outro de estarem frente a frente, quando ela, resoluta em seu propósito de vingança, vai à casa dele e encontra-o saindo com sua amada Sofia no caixão? É um momento de intensa emoção, em que uma personagem se modifica no olhar da outra: Catarina já não é mais vista por Gründling como objeto capaz de arrecadar renda fácil para ele e, sim, como uma solidária da mesma etnia que teria vindo para consternar-se pelo ocorrido; ela, por sua vez, recua em seu plano de matá-lo, sabedora de que a vida já tinha feito justiça em seu lugar. A perplexidade da cena é a perplexidade deles e a do leitor

também. E mais, a comoção e a angústia deles também são as que em nós podem aflorar ao lermos algumas cenas, como se pode experimentar nesta:

– Não esperava que a senhora viesse, não sei como agradecer. Estava magro, olhos vermelhos e inchados, encurvado. Catarina desceu, empurrou para debaixo da almofada do assento o pedaço de cano da espingarda que se deixava entrever. Caminhou até Gründling; ele sem Sofia, ela sem o seu velho ódio. Os dois em solidão. Catarina seguiu ao lado dele, sem uma palavra, olhando duro para a frente, com medo de chorar (GUIMARÃES, 1972, p. 237).

Assim, mais do que dialogar com a história, contribuir na sua função de narrar fatos e questioná-la em suas versões, *A ferro e fogo* se faz uma história de vidas. Não de vidas passivas diante dos propósitos do mundo e dos outros, mas de vidas bem conduzidas por seus donos, vidas determinadas pela resistência e coragem, pelo espírito que não se dobra, pelo esforço contínuo, e bem cobradas por tudo isso, cobranças medidas pelo sofrimento que advém das circunstâncias produzidas numa nova terra onde devem se fixar. São vidas que o romance reconhece como doadas para a formação do Rio Grande do Sul. O autor mesmo explica em entrevista ao jornal *O Globo*, em 8 de fevereiro de 1973, ao se referir ao primeiro volume: “Para contar qual foi a participação dos alemães na formação do Rio Grande do Sul, narrei suas tragédias e desgraças, seus momentos de festa e suas glórias, enfim, a própria vida desses colonos numa terra que foi por eles conquistada e que os conquistou

definitivamente” (apud INSTITUTO..., 2006, p. 27).

Vemos que Josué, além de representar por palavras uma etnia que faz papel de sujeito na história sul-rio-grandense, passa a apresentar uma vida possível experienciada nesse processo formativo, tanto no espaço quanto na sociedade na qual se inclui e na cultura de origem colocada em relação com a daqui. Nesse sentido, ele usa a palavra no mundo ficcional para reviver imagens do mundo histórico por meio da força da linguagem. Dessa relação surge um discurso motivado, capaz de presentificar o passado.

Família e trabalho: eixos de sustentação da história

Toda a amplitude da história narrada em *A ferro e fogo* é sustentada por apenas dois eixos: família e trabalho. Sujeitos reais representados, guerras, relações políticas, cultura, tudo é narrado a partir desses dois eixos. Segundo Fischer (1994), na família e no trabalho está figurado o verdadeiro universo do colono, porque por eles se definem os limites disponíveis da integração do imigrante ao novo mundo. Vejamos como esses dois eixos se desenham na narrativa.

Família

A família Schneider, formada por Daniel Abrahão Lauer Schneider, sua esposa Catarina e seus filhos Philipp, nascido ainda na Alemanha, e Carlota, Mateus, João Jorge e Jacob, nascidos

na província do Rio Grande, Brasil, protagoniza a história representativa do processo de colonização do Rio Grande do Sul erguido pelos imigrantes alemães. Sua trajetória imita o drama da luta pela defesa da vida, pela fixação no espaço e pelo progresso econômico na nova terra. Assim, toma forma um doloroso espetáculo, que nós lemos como espectadores arrebatados pela força de um discurso capaz de diluir as fronteiras entre o real e o ficcional: o que nos chega é o “possível”.

Essa família também espelha o tipo de família com que a sociedade da província passaria a conviver a partir da imigração alemã. Ela se apresenta unida no trabalho, na religião e na educação escolar. Os filhos se casam, em casamentos étnicos, mas continuam ligados às atividades econômicas da família, formando um grupo com um forte apego entre os seus membros. Esse apego tem motivos sentimentais e também de sobrevivência e progresso financeiro, que acaba, por vezes, agregando várias gerações da família.

Daniel Abrahão era seleiro em Hamburgo, mas as necessidades impostas aos primeiros que chegaram à colônia alemã de São Leopoldo exigem-lhe de imediato que se faça um persistente lenhador a abrir caminho entre as árvores, um carpinteiro a erguer sua primeira casa e uma resignada toupeira (GUIMARÃES, 1972, p. 8) a cavar a terra. É dos poucos do grupo de imigrantes que sabem ler.

Catarina é a filha mais velha de Cristiano e de Maria Isabel Klumpp,

de Lüdese-Hanover. Uma mulher de força na personalidade e no enfrentamento do cotidiano e de visão mirrada na construção do futuro da família e, por conseguinte, da comunidade germânica de que faz parte; é dela que emergem os maiores sentidos da narrativa, que se faz de dor, de luta, de perseverança, de trabalho. Ao espírito do marido um tanto alheio à realidade que os cerca, levando-o a sonhar com a multiplicação dos pães pelas mãos de Jesus, que depois seriam as do imperador, pão igual ao da Europa, de que ele tanto sente falta, Catarina reage como alguém que encaminha a vida prática com os pés bem colados ao chão: “Daniel Abrahão, isso não é de gente de miolo bom; melhor será baixar a cabeça, esforçar-se com os braços, pois é disso que se tira o pão e não com sonhos” (GUIMARÃES, 1972, p. 11).

O marido reconhece quem é sua esposa e até pensa que seria o caso de uma neta receber o seu nome, Catarina, “que tinha tido o seu valor, nunca temera os bugres e nem as feras, atravessara o oceano sem uma queixa, soubera decidir as coisas na hora” (GUIMARÃES, 1972, p. 26). Daniel Abrahão pensa isso quando já estão instalados na Estância Jerebatuba, no Chuí – para onde se mudam, deixando São Leopoldo para trás –, e ainda ignoram as razões verdadeiras de estarem na Banda oriental, estas definidas pelo compatriota Gründling, um alemão comerciante que mora em Porto Alegre e precisa de uma família para fazer o papel de depositária das armas que ele contrabandeia.

Pelo espírito destemido da mulher, que se decidiu pelo sim diante da proposta do patrício Gründling, sua família está numa estância, “terra a perder de vista, gado que começava a ser arrebanhado, teto seguro a ser melhorado, charque para todos os dias” (GUIMARÃES, 1972, p. 26).

À terra trabalhada e às construções feitas Catarina toma amor e, diante das ameaças todas que se iniciam com a passagem de tropas dos exércitos castelhano e brasileiro, ela se demora em deixar o que é de sua família. Na primeira chegada de inimigos, a providência de defesa de todos depende dela:

Empurrou o marido atônito para os lados do poço, ordenou ao índio que fosse deitar-se debaixo da carroça, escorraçou com gestos os escravos que começavam a aparecer, cada um que entrasse e fosse deitar novamente, apertava os lábios com o polegar e o indicador, dando a entender que ninguém falasse nada (GUIMARÃES, 1972, p. 35).

E luta como uma fera quando é arrancada pelos soldados da porta de entrada de sua casa, tentando proteger os filhos Philipp e Carlota da ira deles.

Sempre é ela quem pensa no que fazer diante de qualquer situação. Quando, por exemplo, as tropas militares estão nas cercanias da estância por ocasião do ataque de Lavalleja – Guerra Cisplatina –, o marido, já há tempos morando no poço, local determinado por ela para ele se esconder dos soldados, que continuamente atacam o local, tanto castelhanos como brasileiros, não a ajuda a planejar uma forma de todos se defenderem.

Só ela a pensar, Catarina, que o marido já desaparecera poço abaixo e de lá gritava histérico para a mulher, a tampa, a tampa na boca do poço, que sobre a tampa botassem lenha, toda a lenha que existisse por ali. Naquele momento Catarina pediu a Deus que não permitisse que Philipp saísse ao pai, nem Mateus (GUIMARÃES, 1972, p. 85).

Vivem um desordenamento na família, criado pela ameaça constante de sofrimento e morte, o que está provocando o fracasso do indivíduo Daniel Abrahão, tanto no meio familiar quanto na sociedade. Diante desse fracasso, fortalece-se a mulher.

Já Daniel Abrahão é um homem temeroso, que tende para o lado menos prático do enfrentamento do cotidiano. Além de se refugiar nos sonhos, logo que chega à nova terra chora de saudade das coisas da Alemanha: “Quando cantavam as velhas e marciais canções das Alemanha, chupando das canecas o resto da cerveja, Schneider sentia na boca o gosto ardido das lágrimas” (GUIMARÃES, 1972, p. 12). Assim, fechado em seu mundo, Daniel Abrahão é uma representação de uma tendência masculina entre os alemães: o modo de ser depressivo, cabisbaixo, fechado em si mesmo. Essa imagem, que é realista e adquire ares de alegoria no romance, é potencializada, magnificada, pela permanência da personagem no poço, que vira caverna, morada subterrânea. Estando lá, fica inoperante no mundo externo. E a solidão, antes de ser um incômodo, é uma condição apreciada.

Ao poço fora empurrado pela esposa para ser protegido das tropas militares,

que fazem da estância um posto de passagem, tanto quando entendem a família alemã como inimiga, por causa das armas de Gründling, como quando, em guerra, disputam as terras da região fronteira do Rio Grande do Sul.

Num intervalo dos movimentos das tropas, já passados vários meses desde que Daniel Abrahão está “enterrado” no poço, Catarina ordena que ele suba. Sua aparência é a de um bicho: unhas compridas, uma enorme cabeleira e barba chegando ao peito. Exercita o caminhar, janta com a família, vê os dois filhos, o que lhe causa grande emoção, chegando a chorar. Mas volta para a sua toca. Desde então, sai apenas por alguns momentos, preferindo fazer isso durante o dia, assegurado pela atenção do filho Philipp no alto da figueira, pronto a avisar se alguém se aproxima. Dorme sempre no buraco. Com o tempo de permanência debaixo da terra, a vida fora dali deixa de ser interessante. Ajudar Catarina no trabalho, no enfrentamento dos ataques de soldados, na criação dos filhos, nada disso é para ele preocupação.

A esposa a insistir que saia quando não há soldados por perto, senão ficará aleijado; ele cada vez mergulhando mais profundamente em sua melancolia. Diante das negativas, resta a ela “dar de ombros; o marido era maior, sabia ler e escrever, conhecia a Bíblia e tudo o que Deus tivera a intenção de dizer aos homens” (GUIMARÃES, 1972, p. 97). Daniel Abrahão está mergulhado num processo de se ensimesmar, existindo em

si e para si, tomando a religião como o maior sentido de vida.

Esse processo tem continuidade em São Leopoldo, onde, de volta do Chuí, a família se torna comerciante, e ele passa a exercer sua profissão de seleiro, como fazia na Alemanha. Apesar do envolvimento com o trabalho, não consegue mais morar fora de uma toca. Assim que se instalam na casa recebida, ele trata logo de cavar um poço e nele se instalar. Permanecendo quase completamente isolado da sociedade, toma a Bíblia como a única orientação para a sua vida; o restante que o cerca não lhe causa impressão. Na oficina, por exemplo, repete os gestos na fabricação dos produtos e faz o esforço exigido, mas é só o cumprimento de tarefas. Absorto, fica indiferente ao que lhe vai em redor. Dali não vem realização alguma para a sua vida; só se sente operante e atribui sentido ao que se refere à Bíblia. Diz: “– Tudo o que acontece sobre a face da terra, debaixo dela ou nos céus, tudo está aqui neste livro” (GUIMARÃES, 1972, p. 133).

Nesse envolvimento espiritual com um mundo distanciado do concreto, vai ficando cada vez mais soturno. Até conversar com gente morta à noite na sua caverna, conta à Catarina que faz. Com esse comportamento, em nada ajuda a esposa a tomar conta dos negócios, apenas fabrica seus serigotes, suas carroças. Quando ela se ausenta do empório em São Leopoldo para buscar produtos entre os colonos ou mercadorias manufatura-

das em Porto Alegre, quem toma conta de tudo é o sócio da oficina, Jacobus, que, pela sua dedicação e experiência no comércio, Catarina faz seu gerente e sócio no empório que abriu no Portão. Concentrada no trabalho e nos filhos, ela conclui, a certa altura, que o marido “nunca mais ficaria bom, era a cruz que deveria carregar” (GUIMARÃES, 1972, p. 160).

Os filhos bem cedo fazem tarefas necessárias à família. Philipp, por exemplo, na Estância, ainda menino pequeno, subia nos galhos da figueira que ficava perto da casa e cuidava a aproximação de estranhos. Assim, do alto de sua gávea via os homens que chegavam com os carregamentos de Gründling; depois, os soldados castelhanos, os soldados brasileiros, sempre avisando prontamente os que ficavam lá embaixo, os quais logo iniciavam uma correria para se proteger de perigos que pudessem correr. Em São Leopoldo, ainda criança, sobe numa banqueta atrás do balcão do empório para ajudar os caixeiros.

Os historiadores evidenciam que a educação era prioridade dentro das famílias imigrantes. Os pais procuravam sempre um meio de fazer com que os filhos aprendessem a ler e a escrever; se não havia escola formal, dava-se um jeito para alfabetizar, para ler a Bíblia. Em *A ferro e fogo* essa evidência é representada por meio do menino Philipp. Na colônia há o professor João Tiefenbach, mestre-escola que viera de Sockenfeld-Holstein. Philipp já está com dez anos e ainda não

havia sido alfabetizado. Sua mãe o inclui nas aulas do professor, passando, assim, pelo letramento. O menino precisa aprender a calcular e uma boa caligrafia para fazer os registros nos cadernos de escrituração mercantil. Há, portanto, objetivos bem práticos e imediatos a orientar a educação de Philipp.

Carlos Frederico Jacob Nicolau Cronhardt Gründling, ou simplesmente Gründling, como o narrador prefere chamá-lo, é, até boa parte da narração, um homem sem família constituída. Agente secreto da imperatriz, sua principal preocupação é ganhar mais dinheiro e divertir-se, a ponto de o lucro, o acúmulo de riquezas, a satisfação plena de seus desejos materiais e corporais serem os elementos prioritários a dar sentido à sua existência. Na sua ótica, o mundo existiria e se organizaria em função do dinheiro.

Nascido em Ohlweiller-Simmern, viria a ser um rico negociante alemão fixado em Porto Alegre. Seu progresso econômico liga-se, em grande parte, ao trabalho de muitos dos seus compatriotas recém-chegados da Alemanha, os primeiros grupos de imigrantes formados pelo major Jorge Antônio Schaeffer, com o qual mantém uma sólida amizade e faz sociedade nos negócios de contrabando da Alemanha para cá. Gründling os envolve nos contrabando, como faz com a família Schneider, com Mayer e outros homens que ajudam no transporte das armas, como também contrata outros para atuar nos empórios. Seu papel, por-

tanto, é representativo do que a história registrou sobre a exploração que os colonos sofriam dos próprios compatriotas já instalados na província. O romance sugere que na terra estranha, ainda sem recursos adequados para instalação e sobrevivência, à espera do recebimento dos produtos e do pagamento que o governo prometera a cada imigrante no contrato de imigração, morando em habitações precárias, ficava fácil àqueles que se encontravam nessa situação acreditar em propostas dos da mesma etnia, com as intenções que a ficção aponta por meio da personagem Gründling, pois a passagem dos dias trazia-lhes mais dificuldades e mostrava que estavam relegados ao abandono e à violência.

Gründling fixa-se em Porto Alegre. Sendo um alemão rico, compra uma grande casa, a chamada “casa cor-de-rosa”, na rua da Igreja. Esta rua é de existência real e, na época em que acontece a história, como se mantém ainda hoje, era uma das ruas centrais da cidade. O alemão decora a residência com belos móveis e muitos objetos, quase tudo vindo do estrangeiro, trazidos por outro alemão, o major Schaeffer. Ali recebe amigos importantes, como o próprio major e autoridades da província. Serve-lhes bebidas importadas, promove magníficos banquetes e contrata mulheres para diversão. Com isso, mantém as amizades necessárias aos seus negócios e ao seu exercício do poder.

De uma vida de muito dinheiro e ostentação, exploração de gente de sua

etnia, bebedeiras, mulheres, Gründling passa a uma vida mais regrada, com interesse centrado apenas numa mulher e com responsabilidades de pai. Isso depois que conhece Sofia, uma menina ainda, germânica, que estava frágil e abandonada em consequência de haver sido explorada por homens estranhos, depois que sua família fora destruída violentamente.

Sofia é largada na rua do Passo, no centro de São Leopoldo, por um homem índio ou castelhano, com a aparência daqueles caudilhos errantes que se envolvem em guerrilha de fazendeiro ou de posseiro, explica João Dieffenbach, que vê a menina sendo deixada no povoado. “Devia ter, no máximo, dezesseis anos. O cabelo de um amarelo leitoso, terminando em duas tranças esfiapadas, pele desmaiada, dois grandes olhos azuis espantados, seios miúdos que desapareciam sob o vestido de lã que mais parecia um trapo, um balandrau sem cor e sem tempo” (GUIMARÃES, 1972, p. 71). Tinha vindo de São Borja, local para onde sua família fora levada dos Sete Povos das Missões. Aqui está a representação do grupo de colonos germânicos enviado à região das Missões, numa tentativa do governo de também fazer a ocupação e a colonização daquele espaço da província. Isso ocorreu na mesma época do início da imigração para São Leopoldo, quando 67 pessoas germânicas foram encaminhadas para São João das Missões. Contudo, lá viveram o abandono por parte das autoridades governamentais e fizeram uma

rebelião, com o que o grupo se dispersou. Foi uma experiência que não deu certo no movimento da colonização.

Sofia era da família Spannenberger, vinda do Grão-Ducado de Hesse. O pai foi degolado por gente de guerra e a mãe desapareceu. Ela havia ficado, desde então, entregue às mãos de diversos homens, todos selvagens, que a exploraram desde bem menina. Até entre os índios vivera. Já em São Leopoldo foi ouvida e cuidada pelo doutor Hillebrand, que contou a história a Gründling, o qual a levou para morar consigo na casa cor-de-rosa da rua da Igreja.

O solteirão encontra, então, em Sofia, o amor. Casa-se com ela e tem filhos. Apesar da pouca idade e da história de vida marcada por perdas e sofrimentos, ela se impõe no relacionamento, não ficando em momento algum submetida à forma de pensar do marido. Há várias passagens da narrativa que sugerem isso: mesmo ele não aprovando, sai às ruas para passear, na companhia da escrava Mariana; decide iniciar o relacionamento homem-mulher depois de estar morando na casa há algum tempo; quando o padre está tomando os dados dela para realizar o casamento e Gründling tenta apagar a origem dela, dizendo ao padre que não importava o sobrenome de solteira e que registrasse que os pais eram desconhecidos, ela interrompe a conversa e dita todas as informações ao sacerdote; estando grávida de cinco ou seis meses, não se intimida com os dogmas da Igreja e conta ao padre o fato,

perguntando-lhe se há algum problema quanto a isso.

Elevando essa independência moral, Sofia ainda recebe aulas de alfabetização de Felipina Grub. “Uma moça deve saber ler” (GUIMARÃES, 1972, p. 93), diz Gründling, que havia providenciado as aulas. Todo o ensinamento é em alemão, como se fez entre os colonos imigrantes por longo tempo.

E a casa cor-de-rosa, antes de um solteirão que recebia, noite após noite, mulheres-damas vindas das casinhas da ladeira de São Jorge, modifica-se com a presença ao mesmo tempo suave e forte de Sofia. Ali se constitui mais uma família germânica, de ricos, com marido, mulher e serviçais escravos. O primeiro filho de Gründling e Sofia chama-se Jorge Antônio, em homenagem ao amigo Schaeffer, agente de imigração e com quem tem sociedade no trabalho de comerciante. O segundo recebe o nome de Albino, nome do pai de Gründling.

“– Sinto-me tão branca, tão sem cor.” (GUIMARÃES, 1972, p. 193), diz Sofia ao marido. Eram sintomas de uma doença que não foi possível ao médico Hillebrand curar. Palidez, fraqueza, cansaço, sangue fraco, hemorragias. Até que um dia o doutor disse: “– Herr Gründling, lamento muito, sua esposa morreu há quase meia hora” (GUIMARÃES, 1972, p. 233). É com as marcas dessa perda que Gründling vai chegar à velhice, vivendo sem mais achar graça nas mulheres que antes de Sofia o divertiam e alistando-se para lutar na Guerra do Paraguai. Re-

torna já com setenta anos. Seu filho fica tomando conta dos negócios em Porto Alegre e ele resolve morar em São Leopoldo, terra que julga ser dele também.

Jorge Antônio Schaeffer é o recrutador dos colonos que fundaram São Leopoldo. Não há referência à sua família, embora a historiografia registre que ele tinha uma. Gründling apresenta-o como sendo o braço direito do governo brasileiro na realização do projeto de ocupar e colonizar as terras do sul do país. Sua relação com a imperatriz era de tempos, destaca o romance: “A mando da imperatriz fundou a colônia de Frankenthal, na Bahia, e uma outra, lá mesmo, em que homenageou a senhora da casa dos Habsburgo” (GUIMARÃES, 1972, p. 13). Fora importante também em outras partes do mundo, como nas ilhas do Havaí, onde comandara soldados e rebeldes, e depois em Sitcha, nas ilhas Sandwich. Ainda, fora tenente de ordens do rei Kameaméa, cuidara de um negócio de russos e americanos. Passou a ser pago pela Coroa brasileira como agente secreto da imperatriz para trazer dos Estados germânicos colonos e soldados para servir ao Brasil.

Na história de Josué, muitas outras famílias germânicas aqui se formaram com os filhos dos pais que emigraram. Todos os casamentos se realizaram com jovens da mesma etnia, não acontecendo casamentos mistos. Na constituição dessas famílias formadas em território brasileiro também perpassa uma história de privações e sofrimentos, em razão,

principalmente, da saída dos jovens maridos para as guerras. Emanuel, por exemplo, funcionário dos Schneider, deixa a esposa Juliana perto dos dias de nascer a filha Maria Luísa e vai para a Revolução Farroupilha na tropa de von Salisch, do lado dos rebeldes. Quando retorna, recebe a notícia de que a filha havia nascido morta. Também Philipp Schneider vai à Revolução Farroupilha ainda menino, com 16 anos. Quando volta, já é homem de barba. No intervalo entre essa guerra e a do Paraguai, para a qual também foi, forma a sua família com Augusta Krumbeek, com quem tem cinco filhos. Carlota Schneider casa-se com Joaquim Kurtz; Jacob, com Sofia Maria, filha de Pedro Martens.

Outra característica dessas famílias era o casamento com alguém que realizava o mesmo tipo de trabalho. No caso das personagens em destaque, era o trabalho no comércio. Augusta Krumbeek é filha de comerciante e Philipp, filho da família referencial no comércio criado pelos alemães de São Leopoldo, os Schneider. O pai da esposa de Jacob comercializa peles selvagens. Também Jorge Antônio, filho do outro grande comerciante da narrativa, Gründling, casa-se com uma moça alemã, Clara Hausmann, filha de Pedro Hausmann, dono de uma farmácia em Porto Alegre.

E Gründling, que na Revolução Farroupilha fica no papel de se acertar com os do governo e manter seu negócio comercial, na Guerra do Paraguai é um combatente, o major Cronhardt Grün-

dling, do Serviço de Intendência, membro dos Voluntários da Pátria. Deixa os filhos João Jorge e Albino em Porto Alegre. João Jorge já tinha mulher e filhos; Albino é homossexual e acaba morto por Augusto, de quem muito gosta, uma tragédia que se completa com o suicídio de Augusto na própria casa de Albino.

Os Voluntários da Pátria, grupo em que Josué inclui várias de suas personagens masculinas, dentre as quais uma das principais, Gründling, foram batalhões criados por decreto do presidente da província, conforme explica Klaus Becker no livro *Alemães e descendentes – do Rio Grande do Sul – na Guerra do Paraguai*:

Aos 16 de maio de 1865, o Presidente da Província, João Marcelino de Souza Gonzaga, autorizou a formação de um batalhão de voluntários nos municípios de Porto Alegre e São Leopoldo, incumbindo o Marechal Luiz Manuel de Lima e Silva de organizá-lo dentro de três meses. O artigo 3º do respectivo decreto mencionava expressamente que também os estrangeiros poderiam alistar-se [...]. Para o alistamento de voluntários alemães, o Marechal designou desde logo o ex-Brummer Carl Ferdinand Schneider e, pouco depois, também o cidadão Peter Weber, ambos residentes em Porto Alegre. Aceitavam-se voluntários de 18 até 50 anos de idade, e de qualquer nacionalidade (1968, p. 44).

Com todos os que se alistaram formou-se, já nos campos de batalha, uma brigada de infantaria, comandada pelo coronel João Manoel Menna Barreto. Foi o grupo mais importante formado no estado para defender os interesses do Brasil junto aos aliados Argentina e

Uruguai. A atuação dos Voluntários na Guerra ainda hoje é lembrada no centro de Porto Alegre, no nome de uma importante rua, a Voluntários da Pátria.

Há em *A ferro e fogo* uma trajetória possível e completa das famílias imigrantes, tanto das que já chegaram à província formadas, quanto das que aqui se criaram. Há nascimentos, crescimento, envelhecimento e mortes. Há a educação formal dos filhos e a sua entrada no mundo do trabalho, o mundo construído pelos pais. Há a preservação da língua alemã e a dificuldade de aprender a língua portuguesa e de se comunicar com os brasileiros. Há a vivência das religiões protestante e católica. Enfim, há todo um processo narrado, desde o interior de cada família e desta com as demais famílias da mesma etnia. Nesse universo se constrói a visão do autor sobre o drama imigrante, como afirma Fischer (1994): a ascensão social e a concomitante desorganização psicológica da família.

Trabalho

Catarina logo compreende que a sobrevivência e o progresso na nova terra dependem somente do trabalho que os imigrantes venham a realizar. Então, ao invés de esperar pelo cumprimento das promessas do governo imperial, resolve lutar. Assim, os Schneider e os demais colonos, diante do atraso do governo, especialmente na destinação do terreno a ser propriedade de cada família, vão se esforçando para sobreviver: “Tratavam de tirar da terra provisória algo

que pudesse ser somado ao charque e às aguadas abóboras de Estância Velha, um reduto onde o gado xucro estava sendo agrupado e as últimas sementes podres viravam adubo” (GUIMARÃES, 1972, p. 9).

O papel da família Schneider na ficção de Josué remete-nos aos estudos sobre a imigração alemã, que afirmam ter sido o objetivo da estrutura imigratória, calcada em fins econômicos, de ocupação e cultivo da terra e de povoamento, trazer famílias, não tanto solteiros, para formar as colônias no Rio Grande do Sul. Podemos pensar que a esse objetivo estava subjacente a ideia de que as exigências impostas aos indivíduos pela constituição e manutenção do lar impelem-nos para a fixação num lugar, a persistência no trabalho, o estabelecimento de comunidades, a construção do bem-estar. Nesse sentido, as políticas de imigração traçadas no Brasil tanto no século XIX quanto no século XX “afirmavam o interesse do País por imigrantes agricultores que fossem assentados em colônias, tendo como base fundiária e econômica a pequena propriedade e o trabalho familiar” (SEYFERT, 1986, p. 166).

Lembremos que as atividades dessempehadas pela família imigrante não se restringiam ao cultivo da terra e à produção de gêneros alimentícios, mas compreendiam também a produção artesanal de vários produtos, que era a base da outra fundamental atividade econômica do estado que os alemães desenvolveram, a indústria. Os Schneider

também representam essas atividades. Depois de terem sido colonos, também atuam como artesãos e comerciantes. Portanto, no trabalho deles estão simbolizadas as três principais atividades econômicas efetivamente desenvolvidas pelos imigrantes alemães nos primeiros tempos: a produção agrícola na pequena propriedade, o artesanato e o comércio. As condições de produção, especialmente nos primeiros anos, sofriam restrições. Assim, o conhecimento trazido da terra natal necessitava ser adaptado no novo cenário, que, por vezes, exigia-lhes o domínio de habilidades ainda não experimentadas, como relata Umann em suas memórias:

A mata virgem aos poucos se tornou mais rala. Pastagens (potreiros) foram demarcadas; construíram-se as primeiras moradias de madeira, com tábuas falqueadas pelos próprios colonos. A população jovem já podia se divertir dançando sobre chão de tábuas, em vez de pisotear, como até aqui, a mãe terra com os pés descalços [...]. Tudo isso tinha de ser aprendido, e nos custou, no início, muito tempo de aprendizado, a nos operários de fábrica que desconhecíamos a arte de serrar as tábuas, fazer cercas, lascar ripas de madeira para telhado, construir choupanas e galpões e muitas outras atividades, na maioria pesadas e fatigantes (1981, p. 60).

Nesse discurso percebemos uma ideologização do trabalho e do progresso, marcados “por duas dinâmicas que estão em correspondência: sacrifício e ordenamento familiar. Depreende-se daí a esfera do trabalho, da terra, da hierarquia, da casa, do contato e domínio da natureza”, conforme João Carlos Tedesco (2001, p. 38).

As promessas do governo para incluir os primeiros colonos alemães na política de imigração não são os fatores considerados no romance para as famílias sobreviverem e progredirem. Afinal, como consta no relatório que o diretor da colônia, doutor Hillebrand, entregou ao presidente da província em 1854, o governo brasileiro desrespeitara cláusulas centrais do contrato firmado com os imigrantes antes de saírem de seus locais de origem na Alemanha, mas, mesmo assim, a colônia progredira. Na análise que Marcos Justos Tramontini faz do relatório, que se encontra em seu livro *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*, duas cláusulas não cumpridas são destacadas por Hillebrand: “A de conceder terras de campo e mato demarcadas, livres e desembargadas, e a de pagar subsídios por dois anos” (TRAMONTINI, 2003, p. 54). O autor ainda explica:

Inobstante a esta promessa, as terras não estavam demarcadas quando os colonos chegaram e foi longa a espera que tiveram que suportar até os lotes serem distribuídos, mesmo assim com total imprecisão de divisas e sendo, na sua maior parte, apenas de mato. Já o pagamento de subsídios foi suspenso por lei em 1830, tendo efeito retroativo (p. 54).

A ideia que perpassa o romance é a de que os colonos não ficaram à espera; antes, superaram a necessidade de cobrança e foram à luta. Catarina é a grande referência disso: enfrenta todas as dificuldades que aparecem e toma a sua vida e a de seus familiares nas mãos, fazendo sua própria história.

Levados ao Chuí pela proposta de serem sócios no negócio do Gründling e do major Schaeffer, os Schneider recebem uma vasta extensão de terra cultivável numa área do governo, as ditas “terras devolutas”, e lá, com sementes enviadas junto com as cargas de contrabando e outras que haviam carregado da feitoria quando de lá saíram, fazem grande produção agrícola. Além disso, constroem benfeitorias e melhoram o aspecto do lugar, tudo em pouco tempo. Assim, na Estância Jerebatuba,

o verão trouxera consigo as primeiras espigas douradas de milho, o gado crescera pelos arredores, a casa ganhara mais uma peça e tinham agora a luz de dois candeeiros chegados entre os apetrechos enviados pelo sócio e amigo Gründling – havia hortaliças apontando na terra e uma das escravas ficara prenhe. Schneider fazia incursões mais distantes em busca de perdizes e de marrecões: sabia como apanhar capivara num banhado a cerca de léguas; aprendera a evaporar água do mar, trazida em pipas, para com o sal preparar o charque. Já colhia mandioca, batata e cebola, que a terra solta era especial para isso; a mesa começara a ficar mais farta e variada (GUIMARÃES, 1972, p. 32).

E Catarina pega amor àquela terra, que é dela, chegando a dizer que força nenhuma a tiraria dali. Contudo, se há progresso e apego pelo trabalho, há também a dor do engano e da violação física e moral a marcar a família Schneider no Chuí: Gründling os retirou de São Leopoldo sem revelar que o trabalho a ser feito para ele no descampado era contrabando. Por ser caminho aberto para as tropas militares brasileiras e castelhanas, a presença de soldados na

estância, abastecendo-se de produtos ali produzidos, como carne, e a violação da mulher Catarina, marca maior de seu sofrimento e consequente obstinação em se vingar, são constantes. Apesar disso, o trabalho na estância é contínuo, tendo à frente Catarina.

Logo depois do término da Guerra Cisplatina, Catarina, resoluta, decide negociar a morada com o soldado Oesterreich para retomar à vida na colônia. Todo o trabalho, de bons resultados, porém permeado pelo sofrimento, deixa de ter sentido para ela. Parte, portanto, do campo e instala-se na cidade, onde passa a desenvolver o comércio como dona de empórios. Ao marido, que na Alemanha era seleiro, ordena que exerça a profissão, pois precisam de dinheiro.

Está ali iniciada no romance a representação da atividade comercial e industrial que tanto caracterizou, historicamente, o trabalho dos alemães e de seus descendentes que formaram e fizeram crescer a cidade de São Leopoldo e, mais tarde, o estado. A posição geográfica da colônia foi um elemento essencial a favorecer o desenvolvimento do comércio, como explica Machado (1999, p. 20): “A localização da Colônia de São Leopoldo era privilegiada: situada nas margens do rio dos Sinos e a 28 quilômetros de Porto Alegre; o transporte fluvial era rápido e desimpedido, o que facilitou o escoamento da produção da Colônia para Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.”

Fazendo sociedade com dois outros homens do ramo, Isaías Noll e Frederico Jacobus, a oficina nos galpões dos

Schneider cresce. Dali saem as melhores carroças, os melhores e mais cômodos serigotes, que chegam, inclusive, a ser exportados para o Rio de Janeiro. Fala-se até que o dono de um deles é o próprio imperador. Esse trabalho é Daniel Abrahão quem faz. Ela, Catarina, trata de comprar e revender gêneros alimentícios produzidos pelos colonos em suas lavouras; abastecer Porto Alegre e Rio Grande e trazer mercadorias da cidade para fornecer aos da colônia. Com isso, entra em concorrência aberta com Gründling, que tem um empório e antes comprava tudo o que os patrícios tiravam da terra. A estratégia de Catarina para entrar no negócio é pagar mais pelas mercadorias. Fechando acordos com os colonos, ela constrói outro galpão: “Queria instalar nele o novo empório da praça de São Leopoldo” (TS, p. 130).

A estratégia dá certo e em pouco tempo o movimento é intenso:

O empório crescendo, cheio de homens, movimento contínuo da manhã à noite, mascates em lombo de burro comprando as coisas que vinham de Porto Alegre, linhas, fitas, botões, agulhas, pavios de candeeiro, palitos de fósforos, fazendinhas ralas, xaropes, musselinas, pimenta, sal, garrafas de *schnaps*, toalhas – tudo lotando os dois sacos de couro, pendentes do lombo dos burros. Caixeiros-viajantes com seus largos chapéus de feltro, palas de franjas e botas retinindo longas esporas. Metiam-se picada a adentro, embrenhavam-se pelas linhas, vendiam de casa em casa as suas bugigangas úteis, tão ansiosamente esperadas e, quando voltavam, traziam encomendas e recados para Catarina, que fosse buscar lingüiça fresca, toucinho, torresmo, trigo, batata-inglesa (GUIMARÃES, 1972, p. 134).

Entretanto, Catarina não fica só com um empório. Abre outro em Portão, para o qual precisa fazer de Jacobus, antes um ajudante, seu sócio, que passa a gerenciar o estabelecimento. A ideia é chegar até a algumas picadas melhores, fazer mais clientes e mais fornecedores. Mais tarde, abre outro em Porto Alegre. A oficina e os empórios já davam emprego a outros alemães, como o filho de Jacobus, Emanuel, e outros rapazotes.

Gründling foi o primeiro a abrir um entreposto de produtos coloniais vindos das lavouras dos imigrantes, ainda quando os Schneider estavam no Chuí. Ficava no caminho entre São Leopoldo e Porto Alegre. Das picadas, as mercadorias vinham em lombo de burro e do entreposto seguiam para a cidade nos seus lanchões.

Além desse tipo de comércio, Gründling entrara “no comércio graúdo de planchões de grapiapunha, remos para lanchões, rodas ferradas para carretas, madeiras de lei, lombilhos lavrados, obras de funileiros e couros curtidos” (GUIMARÃES, 1972, p. 90). Como podemos perceber, tudo o que ele comercializava tinha a ver com as necessidades ou produções que se criaram depois da vinda dos alemães: os lanchões se fizeram necessários no rio dos Sinos, que recebeu extrema importância com a criação da colônia, sendo o caminho principal entre São Leopoldo e Porto Alegre; os demais produtos também foram resultantes das profissões que muitos germânicos exerceram aqui. Nesse ramo, comprando de

e vendendo para os da mesma etnia, mas mais ainda para os de fora, brasileiros – fora da colônia – e alemães – fora do Brasil, seus negócios cresceram muito, a ponto de lhe exigir a ampliação dos galpões. A boa receptividade dos produtos alimentícios pela população da capital – vemos aqui representada a realização de um dos principais objetivos da imigração pensados pelo governo, que foi abastecer as cidades com os produtos agrícolas – permitiu que Gründling abrisse um armazém no Caminho Novo.

E o comércio não se restringe a São Leopoldo e Porto Alegre. Muita coisa segue para Rio Grande e é embarcada para Hamburgo, onde há empórios em sociedade com o major Schaeffer. Para lá exportam milho, batata-inglesa, fumo em folhas, couros.

No entanto, surge a concorrência da família Schneider, que já é grande comerciante: tem selaria, ferraria, fábrica de carroças, dos melhores serigotes da região e um empório crescendo em disparada. Quando chega a Revolução Farroupilha e ordens do governo dificultam e, por um tempo, proíbem o transporte de mercadorias pelo rio dos Sinos. Catarina e Gründling formam sociedade, impelidos principalmente pela necessidade de fazer tudo se manter e progredir.

Seus filhos também seguem o ramo comercial, dando continuidade ao que a família realizava como trabalho na nova terra. Jorge Antônio, por exemplo, filho de Gründling, mantém os negócios enquanto o pai está na Guerra do Paraguai.

Nesse processo, a organização precisa se qualificar; assim, os comerciantes da capital formam a Associação Comercial:

Os comerciantes chegaram à conclusão de que o melhor que tinham a fazer era se darem as mãos, lutarem juntos e aos poucos foram entrando para a Associação Comercial que até então vivia às moscas, terminaram por enxergar que a de Rio Grande estava prestando bons serviços a todos. Heizen e Ebert lutaram muito para que nós, os alemães, não ficássemos de fora, a conveniência era toda nossa; e agora estamos pensando nas candidaturas de Haag e de Wolkmann para uma das próximas eleições. E assim é na Praça do Comércio que agora nós tratamos dos nossos negócios (GUIMARÃES, 1975, p. 232).

Trata-se da atual Associação Comercial de Porto Alegre, fundada em 1858, sob a denominação de Praça do Comércio. A primeira comissão administrativa dessa entidade já contava com sobrenomes de comerciantes alemães: Miguel Heinssen e José Hébert. Essa representação no romance indica que o lugar dos alemães no comércio da província, incluindo importação e exportação, estava se alargando e ganhando relevância, constituindo até formas de organização, como a associação, que contava com 37 alemães – ao todo eram quase 150 sócios (GUIMARÃES, 1975, p. 232). O filho de Gründling cita sobrenomes de sócios alemães: Heizen, Ebert, Schilling, Haag, Haensel, Ter Bruggen, Bier, Daudt, Fraeb, Petersen, Issler, Wallau.

Fischer registra a já expressiva presença dos alemães no comércio da capital no início da segunda metade do século XIX, época também considerada por Jo-

sué nesse momento da narrativa em que faz referência aos negócios dos alemães:

Em 1866 se instala no Caminho Novo a fábrica de cerveja de Friedrich Cristoffel. Na mesma rua, aliás, o que mais se via era comércio com sobrenome alemão — podia ser loja de ferros ou materiais para construção, fazendas, manufaturas, importação e exportação em geral, assim como oficinas de marceneiros, latoeiros, serralheiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, ferreiros, e ainda restaurantes e hotéis. Nos anos 1880 aparece nova fábrica de cerveja, de Carlos Bopp, e logo outra, de Christoph Schmidt. Alemães também estavam muito presentes na atual Sete de Setembro, com grandes casas de comércio, e na Rua da Praia, especialmente em lojas de roupas e vestuário em geral. Também na Rua da Praia estavam jornais, livreiros, editores, encadernadores, ourives, padeiros, açougueiros, estofadores, professores (FISCHER, 2006, p. 27).

Gründling e Catarina utilizam o trabalho de escravos negros. Também Jacob, filho de Catarina, quando passa a morar em Porto Alegre, na casa que comprara de Gründling, na rua da Margem, tem um escravo, o negro José. Além deste, diz à mãe que precisa arranjar uma boa negra para a cozinha e que irá até um feitor de que tivera notícias. Isso lembra que os alemães também, a exemplo da população rica do país na época, serviam-se do trabalho escravo.

O trabalho de Schaeffer é recrutar nas nações germânicas colonos para a região Sul do Brasil e soldados para a formação do exército brasileiro, a pedido do governo imperial. Mantém-se, portanto, na ficção, com a mesma atividade que ele exerceu no mundo real. Josué, contudo, caracteriza-o como um ser que privile-

gia seus interesses pessoais ao cumprir sua missão de agente. Nesse sentido, aproveitando as ocasiões que o serviço lhe proporciona, desenvolve lucrativo comércio entre Alemanha e Brasil. Esse comércio acontecia de duas formas: uma ilegal, o contrabando, que se dá pelas armas e munições trazidas nos navios entregues aos castelhanos, negócio que envolveu a família Schneider; outra legal, transportando mercadorias produzidas pelos colonos nas terras do Rio Grande do Sul para serem vendidas nos empórios de Hamburgo.

Quando recebe a notícia, na Europa, de que o imperador iria suspender a imigração, seu negócio mais rendoso é arruinado. Até veio de lá com a intenção de fazer o imperador mudar de ideia.

A referência ao que Schaeffer fazia aparece mais como um registro histórico do que como um trabalho que identificava os da etnia alemã. O que marca mesmo o trabalho dos imigrantes representados na narrativa é a agricultura, o comércio e a produção manufatureira, a qual vai evoluir para a produção industrial gaúcha. De fato, este trabalho já era a marca dos alemães na província na década de 1870, quando se encerra a história de *A ferro e fogo*. Fischer destaca esse aspecto:

Quantos seriam os alemães e descendentes? Em Porto Alegre, entre 10 e 20 por cento, talvez. Mas esse número não é preciso. Além disso, é preciso lembrar que eram das mais importantes casas de comércio, varejo e atacado, que ligavam a produção da região de São Leopoldo, onde se haviam instalado

os primeiros imigrantes no Rio Grande do Sul, com o mercado exterior, fosse ele o da capital gaúcha mesmo ou o de Brasil. Da colônia vinham itens preciosos para a vida de então, como a banha, o couro e tantos outros (FISCHER, 2006, p. 41).

Fica, portanto, bem caracterizado no romance de Josué Guimarães o trabalho na lavoura, no comércio e na indústria. Assim, a ideia é a de que o imigrante alemão progrediu no Rio Grande do Sul por meio da produção de alimentos necessários aos moradores das cidades, do comércio desses produtos nas cidades e de outros manufaturados necessários aos que moravam na colônia e da fabricação de objetos também necessários na província e fora dela.

Considerações finais

A família alemã constituía-se na célula de produção na pequena propriedade e no comércio, como está representado nesses romances. Muitos discursos históricos que elevam a capacidade para o trabalho que particularizava o alemão destacam que todos os membros se empenhavam no desenvolvimento das estratégias de sobrevivência e progresso e tinham assimilada uma divisão social do trabalho. Primeiramente, era necessário chegar à autossuficiência; posteriormente, os excedentes da produção familiar passaram a ser vendidos aos comerciantes, também conhecidos como “vendeiros”, embasando, assim, o forte comércio que se desenvolveu e se consolidou no estado por mãos dos alemães.

A ferro e fogo é o único romance da história da literatura sul-rio-grandense que se volta para o tema da imigração alemã de forma a representar o maior número de aspectos que envolveram, segundo diferentes perspectivas – social, política, econômica –, os colonos nas primeiras décadas do processo imigratório. Assim, só ele fixa a saga dos alemães no sul do Brasil, história que demorou a se realizar: somente quando se comemorava o sesquicentenário da imigração alemã é que ela apareceu na literatura. Jean Roche, em 1969, no livro *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, já reclamava a inexistência de uma história dessa amplitude em romance. Josué, então, vem preencher uma lacuna na grande narrativa ficcional que vinha se tecendo sobre os alemães no estado.

Depois de Josué, nenhum outro escritor se dedicou ao tema, criando uma narrativa ficcional totalizante como encontramos em *A ferro e fogo*. Os olhares das narrativas focalizam episódios determinados, como os *Mucker*; aspectos específicos, como o modo de viver baseado nos costumes germânicos, conflitos interiores, o fracasso na colônia, todas representações também importantes, que cumprem outros papéis no imaginário do leitor, diferentes do que cumpre uma história sobre o início da colonização. Portanto, não temos outra epopeia dos primeiros protagonistas do processo imigratório idealizado pelo governo imperial brasileiro para colonizar de uma vez por todas o Rio Grande do Sul.

*A ferro e fogo: fundamental
elements of the romance genre in
form and content*

Abstract

This paper addresses issues regarding romance as a textual genre. It is a study on its origins and structural elements as well as its relevance to Brazil and Rio Grande do Sul, focusing on the main feature observed in the history of the genre in the state's literature: its approximation with images from the past. Starting from the recognition of such characteristic, the novel *A ferro e fogo*, by Josué Guimarães, was chosen and analysed considering its form, theme and attachment to the subgenre of historical romance. The scrutiny of its discourse structure has shown that the story narrated is articulated around two main foundations: family and work. From the issues aroused throughout this analysis, the encounter of the epic and the dramatic as the key element in the narrative construction is highlighted. In such construction, establishing a link between literature and history, the early process of colonization in the state after the arrival of German immigrants – a key theme of the novel – reaches the status of a saga.

Key words: Textual genre. Romance. Narrative structure. Colonization. German ethnicity.

Referências

- ASSIS, Machado de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 19992. v. III.
- BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na guerra do Paraguai*. Canoas: Hilgert, 1968.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1969. v. 2.
- FISCHER, Luís Augusto. *Videiras de cristal e a imigração alemã*. Diversidade étnica e identidade gaúcha. Santa Cruz do Sul: Unisc, 1994.
- GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo: tempo de solidão*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1972.
- _____. *A ferro e fogo: tempo de guerra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- HELENA, Lucia. Josué Guimarães, o resgate da solidão. In: REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel (Org.). *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*. Porto Alegre: Ed. Universidade Ufrgs; Edipucrs, 1997.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. *Josué Guimarães: escrever é um ato de amor*. Porto Alegre: IEL, 2006. (Coleção Autores gaúchos).
- LUKÁCS, G. *Teoria do romance*. Lisboa: Editorial Presença, 1962.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do império*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- PAZ, Otávio. *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SEYFERT, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. *Antropologia*, n. 29, 1986.
- TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: Ediupf, 2001.
- TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2003.
- UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Trad. de Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ZILBERMAN, Regina. Saga familiar e história política. In: GONÇALVES, Robson Pereira (Org.). *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria; Bauru: Ufsm/Edusc, 2000. p. 25-42.